

Antropologia e história

ESTEVÃO DE REZENDE MARTINS

Uma concepção integral do homem, eis o que busca elaborar uma antropologia que se quer filosófica. A antiga disciplina filosófica da "psicologia metafísica", com suas aspirações de definir os primeiros princípios imutáveis do funcionamento das estruturas cognitiva e volitiva do "espírito humano", cedeu seu lugar, já há tempos, a uma nova e sempre renovada ciência do homem. Uma ciência que não pretende, de forma alguma, impor um molde de homem-ideal, mas que se elabora a partir da fonte: da ou dos homens tais como existem e agem. Esta atitude básica, de modesto aprendizado da realidade, poder-se-á batizar de etnográfica, e sua sistematização teórica poderá encaminhar-se para uma etnologia, para uma psicologia, para uma sociologia, ou para a sua expressão interdisciplinar, numa antropologia.

O homem, agente no tempo, a presença da razão humana no passado, é o elemento antropológico fundamental da ciência histórica. Decerto não reina unanimidade quanto a uma definição de ciência histórica, e dificilmente se pensaria em poder obtê-la. Duas características constitutivas, no entanto, estão sempre presentes nas opções metodológicas dos historiadores, em sua própria atividade científica: o homem enquanto agente racional (em conexão, por vezes, com a postulação específica da liberdade), e seu passado. A concepção da história é, destarte, se não antropológica, ao menos antropocêntrica. Na vasta e diversificada gama de especializações em que a ciência histórica se desdobra hoje,¹ um denominador é

¹ *La nouvelle histoire*, dir. Jacques Le Goff et alli; Paris: Retz, 1978. *História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens*, dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora; Paris: Gallimard, 1975; trad. bras. Rio: Francisco Alves, 1976, 3 vols. Estas duas obras de tipo enciclopédico são indicadas a título de exemplo.

comum a todas: reconstruir, o mais completamente possível, o homem que foi e agiu ontem, para entender aquele que é e age hoje e discernir as sendas que trilharão os que serão e agirão amanhã. Os “grandes feitos” militares, os “grandes desígnios” políticos, as “grandes figuras” do palco do tempo, as relações de produção, as estratificações sociais, as categorias do imaginário, os meandros das instituições, os patrimônios culturais, as taxas de mortalidade, a expansão territorial, a formação dos estados nacionais, a colonização, e quantos aspectos ainda, evidenciam este esforço de detectar uma espécie de metanível (ou infranível, como quer a “gramática” inexpressa de Michel Foucault,² retomada pela “prática” irreflexa de Paul Veyne³), em que se cristaliza a atividade organizadora, sistematizadora, classificadora, da inteligência. Esta racionalidade é subjacente, em primeiro lugar, ao trabalho de compreensão e interpretação característico do historiador enquanto tal.⁴ Buscando delinear esta atitude antropológica do historiador na manipulação do seu material de trabalho, Thomas Nipperdey⁵ vê a sistematização da antropologia articular-se em torno de quatro complexos de questões: o das estruturas e categorias fundamentais da existência humana, o das formas humanas de pensar, comportar-se a agir, o da impregnação destas formas pelas instituições sociais (e vice-versa) e, enfim, o do entrelaçamento entre pessoa, instituições e cultura. Em suma: a história antropológica (ou a história *tout court*, sem absolutamente querer fazer meros jogos de palavras, mas tendo em conta o valor inegável e indispensável da interdisciplinariedade⁶), tem por objeto as estruturas do agir e da conduta humana.

Nipperdey considera que a antropologia sistemática visa a estruturas e leis invariáveis, válidas para todas as sociedades. Ele a distingue, destarte, dos objetos de pesquisa concretos e limitados do que chama de “antropologia cultural etnológica”, e a aproxima de uma “antropologia cultural sistemática”, que sintetizaria inves-

² Cf. *L'archéologie du savoir* e *Les Mots et les Choses*, passim.

³ “Foucault revolutionne l'histoire”, in: *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1978.

⁴ Hans-Michael Baumgartner: “Thesen zur Grundlegung einer transzendentalen Historik”, in: *Geschichte und Theorie*, dir. H. M. Baumgartner e Jörn Rüsen. Frankfurt: Suhrkamp, 1976, pp. 274-302, especialmente p. 277: “Geschichte ist... eine spezifische, Bedeutung und Sinn verleihe-nde konstruktive Organisation räumlich-zeitlich lokalisierbarer Elemente, Vorgänge, Ereignisse, Handlungen”.

⁵ “Die anthropologische Dimension der Geschichtswissenschaft”, in: *Geschichte heute*, dir. Gerard Schulz. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1973, pp. 225-255.

⁶ Cf., por exemplo: Frédéric Mauro: “Pour une classification des sciences humaines”, in: *Mélanges Braudel*. Haia: Mouton, 1972, pp. 397-407.

tigações especiais segundo seus elementos comuns. Sem indicar matices mais finos, Nipperdey parece seguir aqui uma visão paleostructuralista demasiado rígida. Existe reconhecidamente um caráter histórico muito menos “permanente” do que parece supor Nipperdey com suas estruturas onipresentes, e decerto extremamente relativo às circunstâncias de tempo, modo e lugar que fazem as “sociedades particulares” tão caras a Claude Lévi-Strauss, decerto abordáveis, mas absolutamente inexprimíveis na sua globalidade.⁷ É a presença física e intelectual do homem-historiador que se constitui provavelmente na primeira e principal constante, organizadora, fazendo-se “sentir” no discurso histórico. Hans-Michael Baumgartner coloca em evidência este fato ineludível da ciência histórica e do historiador concretos, propondo, para a análise transcendental, que ela se oriente primariamente pelos procedimentos metódicos refletidos da ciência histórica, analise seus esquemas de discurso e aborde seus pressupostos lógicos implícitos.⁸ Ciência e consciência dão-se a um torneio dialético permanente, oscilando entre um mecanicismo determinista dos mais crassos e um subjetivismo idealista indiscernível. Um neo-historicismo é, no entanto, um “risco” que Nipperdey crê definitivamente descartado. Se a história se define através da atividade categorial do sujeito cognoscente expressa lingüisticamente, ela não se pode constituir sem a massa, sem o ápeiron primitivo dos eventos, da sucessão e das mudanças, que são sua matéria prima. E, empregando tais termos, minha própria maneira de falar já não pode escapar deste universo fechado da língua, único nível em que me posso comunicar, e cuja sintaxe, semântica e pragmática condicionam meu dizer e meu escrever.

A ciência histórica de hoje já não se limita a indivíduos (pessoas ou instituições), ela não é mais mera biografia ou glorificação

7 “Les prétentions contre lesquelles je me suis insurgé n'étaient pas celles des historiens, mais celles de certains philosophes de l'histoire qui remplacent cette réalité fluctuante, insaisissable, imprévisible, du devenir historique par un système ou une idéologie”, in: Entrevista a Jean-Marie Benoist, jornal *Le Monde* (21-22.I.1979), p. 14. Esta longa entrevista de Lévi-Strauss a Benoist (mestre-assistente no Collège de France, igualmente antropólogo, autor, dentre outros, de *Marx est mort* (Paris: Gallimard, 1970) e *La révolution structurale* (Paris: Gresset 1976), foi dada por ocasião do lançamento (Paris, janeiro de 1979) de um livro de ensaios de e sobre Lévi-Strauss (*Métamorphoses*), reunindo trabalhos de autores como Pierre Clastres, Roland Barthes, André Glucksmann, Jacques Le Goff, Pierre Vidal-Nacquet e outros.

8 O. c., p. 276: “Die transzendente Analyse des historischen Gegenstandes orientiert sich primär an den methodisch reflektierten Verfahrensweisen Geschichtswissenschaft, analysiert ihre Aussageschemata und erörtert die in ihnen vorfindlichen impliziten logischen Voraussetzungen”.

de sistemas predominantemente políticos. O historiador já não mais se deixa levar pela tentação de generalizações e de “lições” a tirar. No entanto, a busca de eventuais constantes que não sejam apenas projeções da estrutura categorial do próprio historiador é uma meta legítima do historiador contemporâneo. Assim é que vemos aparecer numerosos trabalhos de história social, econômica,⁹ das ideologias,¹⁰ das mentalidades,¹¹ etc. O caráter próprio do discurso histórico — aquele que emprega concretamente o historiador ao redigir seu trabalho: narrativo e explicativo — interessa à pesquisa do ponto de vista lingüístico e lógico. Abre-se aqui a porta da metahistória, da reflexão teórica sobre os fundamentos epistemológicos da ciência histórica, da historiografia, do coletivo “história”.¹²

A busca de uma nova dimensão de autenticidade e de identidade do homem, que a história ecoa, está presente de uma forma quase angustiada nos múltiplos esforços que se envidam por cernir este ser. As ciências tradicionalmente ditas humanas ou, com ligeiras variações, do homem, são quicá um suplício de Tântalo, às quais somente uma atitude socrática poderá dar uma orientação adequada: a de modesta insciência de e sobre o homem. Não se pense, porém, que se enuncia aqui uma escapatória um tanto poética à responsabilidade da reflexão científica. Pelo contrário, é antes um desafio que se formula. À capacidade criadora no plano das hipóteses e das sínteses, à interdisciplinariedade ao nível do trabalho conjunto. As ciências não deixam de se constituir, e solidamente, como um corpo operacional de conhecimentos.¹³ Um exemplo —

⁹ Cf., por exemplo: F. Braudel: *Civilisation matérielle et capitalisme*. Trad. espanhola: Barcelona: Labor, 1974.

¹⁰ Cf., por exemplo: *Histoire des idéologies*, dir. François Chatélet. Paris: Hachette, 1978, 3 vols.

¹¹ Cf., por exemplo, o magistral trabalho de Georges Duby: *L'imaginaire ou les trois ordres féodaux*. Paris: Gallimard, 1978.

¹² Quanto a este particular, a bibliografia é abundante. A mais recente visão de conjunto foi publicada em 1977, na série alemã “Beiträge zur Historik” (Frankfurt: DTV Verlag), volume 1: *Objektivität und Parteilichkeit* (Objetividade e parcialidade); volume 2: *Historische Prozesse* (Processos históricos), com contribuições, entre outros, de R. Koselleck, J. Rüsen, W. Mommsen, K.-G. Faber, G. Patzig, K. Acham, H. M. Baumgartner, R. Vierhaus, O. Marquard, etc., nomes que estão em primeiro plano no vivo debate em busca de uma identidade renovada da história e do seu agente, se não paciente. Além dos autores de língua alemã, lembre-se o centro de irradiação e repercussão deste debate que é a revista “History and Theory”, fundada em 1961 nos Estados Unidos (Wesleyan/Connecticut), que publica também regularmente bibliografias atualizadas.

¹³ O emprego da expressão “operacional” busca exprimir, aqui, tanto a utilidade e eficácia das ciências em geral, quanto o caráter precário, provisório, perfectível, dos sucessivos níveis de conhecimento obtido. Não entramos aqui no debate sobre a certeza do conhecimento, no qual se

dentre quantos outros — de busca de integração entre antropologia e história pode ser visto nas atividades da Fundação Royaumont para o desenvolvimento das ciências do homem,¹⁴ sediada na França. Um reflexo das novas iniciativas tomadas, no contexto da pesquisa científica, em particular acadêmica, é a vasta “Nova Antropologia”,¹⁵ idealizada por um médico, Paul Vogler (entrementes falecido) e codirigida, sintomaticamente, por um filósofo de peso, Hans-Georg Gadamer. Partindo do complexo fundamental que é a constituição fisiológica do homem-animal, a obra se centra logo em torno, justamente, do mais-do-que biológico, sobre o qual Nipperdey já colocava o acento.¹⁶ Gadamer insiste mesmo no fato de que uma antropologia, qual seja seu modo de estruturar-se, dificilmente poderá deixar de ser interdisciplinar e complementar, nas suas diversas aplicações.¹⁷ Sociedade, cultura, psique, intelecto — constelações da galáxia própria ao ser inteligente, o qual impregna o seu mundo e os seus semelhantes de significação. Uma significação que toma múltiplas formas: mítica, religiosa, ética, política,¹⁸ visando a consolidar, na longa duração, uma determinada concepção do homem, a fim de que ela sobreviva aos incidentes circunstanciais. A estabilidade que se quer assim obter (se não impor) assemelha-se a uma nova forma de *horror vacui*: o preenchimento do espaço relativo do intelecto e da sua produção com estruturas “objetivas” permanentes. Estas estruturas, que poderíamos chamar de arquétipos, categorias, seriam, creio, características mais da própria inteligência. Uma tal abordagem, mesmo colocada do ponto de vista de uma filosofia transcendental, não reintroduz o a-priori kantiano quanto ao juízo. O aspecto construtivo do conhecimento histórico fica assim caracterizado como uma síntese gerar a partir da atividade significante-ca-

tem uma boa introdução pela leitura de Karl Popper: *Lógica da pesquisa científica* (Trad. bras. São Paulo: Cultrix, 1976) e de Thomas Kuhn: *A estrutura das revoluções científicas* (Trad. bras. São Paulo: Perspectiva, 1976).

14 Esta fundação organiza colóquios e dirige publicações desde 1969, destacando-se o colóquio *L'unité de l'homme* (1972), cujos textos foram publicados (Paris: Seuil). Lembre-se, ainda, na França, a antiga sexta secção da Escola Prática de Altos Estudos, hoje Escola Prática de Altos Estudos em Ciências Sociais, instalada na “Maison des Sciences de l'Homme” de Paris.

15 *Neue Anthropologie* (Frankfurt: DTV & Thieme, 1971-1975). Volumes 1 e 2: Antropologia biológica; volume 3: Antropologia social; volume 4: Antropologia cultural; volume 5: Antropologia psicológica; volumes 6 e 7: Antropologia filosófica. Tradução bras. integral São Paulo: EPU, 1978.

16 Cf. Nipperdey, o.c., p. 225.

17 Cf. *NA*, vol. 7, pp. 374, 375-376 e 380.

18 Cf. as contribuições de Bannerth, Kerényi, Kambartel, Kuhn, Lorenzen e Löwith.

tegorial do sujeito cognoscente sobre a matéria “evenemencial” (seja-me perdoado este neologismo importado do francês¹⁹), que é dada à percepção. Constituir-se-la, então, aqui, uma primeira etapa do que poderíamos chamar de “construção do dado”, organizativa, permitindo, seguidamente, a etapa teórico-interpretativa.²⁰ A reconstrução feita pela história (enquanto ciência) destas fases, distintas decerto apenas logicamente, faz apelo à globalidade que somente com os olhos da filosofia se pode ver. A totalidade, expressa no e pelo pensamento filosófico, que tanto preza um Gilles-Gaston Granger,²¹ é uma presença logo implícita, logo explícita, ao longo dos sete volumes da “Nova Antropologia” de Vogler-Gadamer. Este último, aliás, em sua conclusão, chama expressamente a atenção do leitor para o “olhar para o todo, que chamamos filosofia, ..., presente implicitamente em toda intenção de pesquisa”.²²

A tessitura entre antropologia, filosofia e história se compõe, pois, ao som de uma interdisciplinariedade científica emanante do homem-sujeito e não do homem-objeto. Numa relação de recíproca influência, entremeiam-se o saber de e sobre o homem com os conhecimentos científicos obtidos pela investigação metódica.²³ A historicidade do conhecimento científico não nos leva, todavia, a declará-lo inutilizável, mas a nos volvermos para o homem, agente racional, que o produz em tempo e lugar determinados, e concluir, com Paul Veyne,²⁴ que tudo sendo histórico, a história é um construto racional e que uma “história objetiva” não existe.

¹⁹ Cf. Pierre Chaunu: *La pensée globale en histoire*. Genebra: Droz, 1968.

²⁰ Cf. Baumgartner, o.c., p. 276: “Die transzendente Analyse zielt auf die Grundbestimmung unseres Wissens von Geschichte überhaupt”. ... “Alles, was daher als Geschichte erscheint, verdankt sich einer besonderen konstruktiven Auffassungsweise der durch sinnliche Erkenntnis gegebenen raum-zeitlichen Wirklichkeit, die auf ein apriorisches Interesse des Menschen und seines Wissens an Vernunft und Sinngebung zurückverweist”.

²¹ Cf. *Filosofia do estilo* (São Paulo: Perspectiva, 1974. Tradução do original francês de 1968). E o seu comentário por Roberto Cardoso de Oliveira: “Antropologia e filosofia”, in: *Anuário Antropológico/76* (Rio: Tempo Brasileiro, 1976), pp. 250-257. Também de Granger, leia-se “Épistémologie économique”, in: *Logique et connaissance scientifique*, dir. Jean Piaget. Paris: Gallimard, 1976, pp. 1019-1055.

²² Cf. *NA*, vol. 7, p. 379.

²³ *Ibidem*, p. 387.

²⁴ *Comment on écrit l'histoire*, p. 38. Trad. bras. parcial em *Teoria da História* (org. Maria Beatriz Nizza da Silva). São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 45-55 e 120-134.